

A posição de classe do proletariado diante da anistia

João Ferreira*

O 30.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem [1978] foi comemorado com manifestações em defesa da anistia em todo o mundo. Reclamou-se a liberdade tanto para os contrarrevolucionários e agentes da CIA como para os combatentes da causa do socialismo. E no Brasil também a bandeira da anistia transformou-se definitivamente numa “causa nacional”. Ouvimos vozes em defesa da anistia por todos os cantos, desde reuniões do Conselho Brasileiro de Anistia até em assembleias sindicais. As lideranças democráticas da burguesia têm enfatizado a necessidade dessa medida com uma insistência assombradora.

O problema torna-se importante e muito grave quando este ponto de vista democrático ganha vários setores da Esquerda; sobretudo quando estes setores são responsáveis diretos pela penetração desse ponto de vista no meio operário. Referimo-nos aqui à bandeira da “anistia ampla, geral e irrestrita”, que encontramos assinalada em várias plataformas e na agitação das Esquerdas.

Procuramos, aqui, retomar o ponto de vista marxista diante da anistia, tendo em vista a necessidade de a classe operária posicionar-se *como classe* face a este problema que se transformou em “causa nacional”.

Nada melhor, então, do que começar por um estudo das posições de Marx a respeito do assunto.

Marx sobre a Anistia

Observações de Marx acerca da anistia são encontradas em resoluções do Conselho da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)¹ e na sua correspondência com Engels.

* Pseudônimo de Eduardo Navarro Stotz, sociólogo e historiador, pesquisador na área de Saúde Pública. Artigo publicado originalmente em *Marxismo Militante*, revista teórica da organização socialista Política Operária (Polop).

¹ Associação Internacional dos Trabalhadores ou 1ª Internacional, fundada em 1864 e dissolvida em 1876.

Apoiando a anistia política aos “patriotas irlandeses” encarcerados pelo governo britânico, a AIT diz, em uma das suas resoluções, “que (Mr. Gladstone & Cia) entorpecem a anistia política com condições que degradam por igual as vítimas do desgoverno e ao povo a que pertencem”.

Essa crítica à atitude do Ministro britânico com respeito à anistia irlandesa se inscreve numa posição de apoio à luta de libertação nacional da Irlanda do jugo colonial britânico. O movimento pela anistia era, assim, parte de um movimento nacional.

Na carta a Engels de 18 de novembro de 1869, porém, Marx ressalta o caráter de classe do movimento pela anistia irlandesa:

Quanto ao movimento irlandês da atualidade, há três fatores importantes: 1) oposição aos advogados e políticos profissionais e à adulação; 2) oposição à pregação dos padres, esse ilustres cavaleiros que foram traidores tanto nos tempos de O’Connell como em 1798-1800; 3) as ações da classe dos operários rurais nos últimos comícios contra a classe dos latifundiários (fenômenos similares em 1795-1800).

A 10 de dezembro, Marx se refere ao “movimento irlandês da atualidade”, o Irishman. Nesse ponto, o problema político concreto da anistia vai ficar bem claro:

O Ascenso do Irishman se deveu exclusivamente ao fechamento dos periódicos fenianos. (O Irishman) havia estado em oposição ao fenianismo. Luvie e outros do Irish People etc. são pessoas cultas, para quem a religião era um disparate. O governo (britânico) os encarcerou e logo vieram os Piggot & Cia. O Irishman somente desempenhará algum papel até que esta gente saia da prisão. Piggot o sabe e aproveitará para formar um capital político com discursos a favor dos “conspiradores convictos”.

Ou seja, a libertação do pessoal do Irish People era a exigência política principal da “anistia irlandesa”. Esse pessoal podia ocupar o lugar de vanguarda da luta nacional irlandesa, coisa impossível enquanto estivesse na prisão. Somente esse pessoal poderia fazer oposição aos advogados, políticos de profissão, padres etc. Em outros termos, tratava-se de trazer de volta à cena política a tendência que fizesse prevalecer no movimento nacional a luta da classe dos operários rurais.

Marx não separava a luta nacional irlandesa da sua base de classe. Na Irlanda, tratava-se de iniciar uma “revolução agrária”; por sua vez essa revolução abalaria a burguesia que estava coligada com a aristocracia rural e que tinha na Irlanda o seu baluarte.

A Situação Política no Brasil em 1978

Tal como Marx em 1869, nós devemos destacar os traços mais gerais da situação que vivemos no país, ou seja, verificar quais são os interesses de classe em jogo diante do problema da anistia.

A primeira observação diz respeito ao caráter geral da luta pela anistia. Diferentemente da situação abordada por Marx e pela AIT, no Brasil a anistia não se insere numa luta de caráter nacional, anticolonialista. A anistia é uma bandeira de luta que se insere no conflito entre burguesia e proletariado, sendo esta a contradição fundamental que foi aguçada com o golpe de abril de 1964. O divórcio estabelecido entre estas duas classes em abril de 1964 se aprofundou gravemente ao longo dos 15 anos de ditadura militar, *a tal ponto que uma reconciliação política tornou-se uma necessidade nacional da burguesia.*

Este é o traço distintivo, particular da luta pela anistia no Brasil de 1978: a própria burguesia se encarrega de levantar a bandeira da anistia, uma vez que, para esta classe, é fundamental a reconciliação com o proletariado e a grande massa de explorados de nosso país. Para a burguesia, é fundamental que os explorados venham depositar as suas esperanças na democracia, isto é, venham novamente se deixar iludir com o jogo parlamentar, e seguir os partidos que aceitem esse jogo.

Mas a burguesia precisa superar o fosso que a separa das massas – e *o único meio com que conta para isso é a anistia àqueles políticos capazes de levar as massas para o terreno da democracia que se avizinha.* A volta dos políticos cassados e exilados confiáveis, que não ponham em questão a propriedade e a segurança da burguesia, a volta das lideranças de massa *confiáveis* passa a ser uma exigência prática para a burguesia.

É evidente que seguimos vivendo sob a ditadura militar e a própria burguesia não pode descartar-se do regime sem exercer um controle político sobre as massas. Por isto, a burguesia quer uma anistia limitada, uma “anistia restrita” – que exclua os militantes da Esquerda e as lideranças operárias e camponesas presos e no exílio.

Que a burguesia consiga manter o movimento pela anistia nesses limites, vai depender da correlação de forças entre ela e todas as outras classes. Assim, é muito provável que, diante da radicalização das massas, a burguesia veja-se obrigada a estender a anistia até a torná-la “ampla, geral e irrestrita”, o que é reivindicado pelos

setores democráticos da pequena-burguesia e apoiado por várias Organizações de Esquerda.

A Posição de Classe do Proletariado

Ao proletariado interessa uma “anistia ampla, geral e irrestrita”?

Está claro que ao proletariado interessa a libertação dos militantes de Esquerda e de suas próprias lideranças, na medida em que essa reivindicação faz parte de sua própria causa, a causa da libertação do jugo do Capital. Contudo o proletariado não pode lutar para tornar a anistia mais “ampla” do que a pretendida pela burguesia. Em outros termos, ao proletariado interessa a libertação dos presos políticos e só. Os restantes, as lideranças de massa “confiáveis” para a burguesia, esta classe se encarregará de anistiar.

Este aspecto da questão escapa aos democratas pequeno-burgueses, uma vez que a sua concepção é a de que *todos* os punidos pela ditadura militar, todas as vítimas do “arbitrio” devem ter seus direitos políticos restabelecidos. Quer dizer, tanto os líderes burgueses no exílio ou cassados como os revolucionários torturados e presos.

Mas, este ponto de vista expressa os preconceitos democráticos da pequena-burguesia. O que a vanguarda do proletariado não pode deixar de fazer, contudo, é dizer claramente que se trata de *preconceitos*. E combater esses preconceitos significa não somente apontar a reivindicação justa – a libertação dos presos políticos – mas, igualmente e principalmente, apontar o verdadeiro objetivo da luta. Da mesma forma que Marx e a AIT defendiam a “anistia irlandesa” na perspectiva da derrubada do poder dos proprietários da terra na Irlanda, entre nós a bandeira de libertação dos presos políticos se insere na perspectiva da derrubada do poder da burguesia.

É claro que em termos da atualidade o proletariado não encontra forças para dar esta perspectiva à luta pela libertação dos presos. Contudo, ajudá-lo-á a tomar consciência do objetivo revolucionário se os comunistas procurarem esclarecer as massas das *distinções* do que *separa* a simples cassação de deputados ou iminentes personalidades da burguesia liberal da prisão, tortura e a assassínio dos militantes de esquerda. O que está em jogo não é o fim da “arbitrariedade” e sim o objetivo de luta. Ao lutarmos pela libertação dos combatentes revolucionários, o fazemos, sobretudo,

porque está em questão o regime *burguês*, que exigiu durante quinze anos uma organizadíssima máquina de repressão sobre os defensores da causa dos explorados.

Devemos separar nitidamente os presos acusados de reorganização dos partidos clandestinos, de pregar a insurreição e a derrubada violenta dos capitalistas e latifundiários como único meio de acabar com o seu reinado de exploração, dos Brizola, Alencar Furtado e Lysaneas Maciel, cujo objetivo é restaurar o diálogo entre as classes e por isso atentam apenas contra a *forma atual* de dominação da burguesia, mas não o domínio dessa classe.

A Verdadeira Finalidade da Luta

A bandeira da anistia é uma bandeira burguesa, ainda que sejam acrescentados os adjetivos “ampla, geral e irrestrita”. Como disse o líder da oposição burguesa, o Sr. Ulysses Guimarães, “todos estão de acordo com o substantivo e isso é fundamental”.

A bandeira da anistia arrefece a luta de classes. Quer queiram ou não os defensores da anistia, essa medida confere ao Estado Burguês o poder de perdoar os “criminosos políticos” de maneira a deixar intocado o julgamento dos verdadeiros criminosos e manter intacta a máquina burocrática que serviu à violência aberta da burguesia durante esses longos anos de ditadura militar.

Por esse caráter, a anistia é um ato político que se volta para a reconciliação entre as classes. Não por acaso tanto se tem dito na imprensa burguesa que a anistia é contra o revanchismo.

Ao proletariado não interessa o perdão, a reconciliação; interessa desvendar os milhares de vínculos que unem os atos repressivos da ditadura militar ao interesse da burguesia em preservar a sua dominação. Interessa, sobretudo, incriminar a burguesia, torná-la responsável pela prisão, torturas e assassinatos de milhares de militantes de esquerda, lideranças operárias e camponesas. Interessa o julgamento popular dos responsáveis por estes crimes – pois com isso se desvendará o papel do Estado, do “judiciário autônomo”, do poder Legislativo, das Forças Armadas.

A luta pela libertação dos presos políticos, a revogação de todos os processos políticos contra a esquerda, a revogação sumária da legislação de segurança nacional, a incriminação e o julgamento popular dos torturadores, tais são as reivindicações

políticas concretas que são diluídas ou abandonadas sob a bandeira geral da anistia. E são essas reivindicações políticas que educarão as massas, que lhes permitirão enxergar o caráter de classe do Estado e a compreender a necessidade de destruir o poder da burguesia.

Mesmo que essa luta não conduza por si só a uma situação revolucionária, mesmo que o proletariado não possa com as reivindicações políticas acima assinaladas colocar em xeque o poder da burguesia, é do seu interesse apresentá-las e lutar por elas, de modo a levar o mais longe possível a crise da ditadura militar.

Aos comunistas cabe tomar as lutas pela libertação dos presos etc. como ponto de partida para uma agitação revolucionária. Com respeito a esta questão é bastante elucidativa a posição de Rosa Luxemburgo em 1900-1901. Em *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*, no capítulo que consagrou ao “Millerandismo francês”, Rosa critica a posição do Partido Socialista no episódio Dreyfus.

Para a finalidade do nosso artigo, basta lembrar que em 1894 o capitão de artilharia judeu francês Alfred Dreyfus foi acusado, por uma camarilha de oficiais monarquistas, de ter vendido segredos militares à Alemanha. Sob a bandeira do revanchismo contra a Alemanha e a corrupção que então assolava a república burguesa da França, esses oficiais pretendiam criar as condições políticas para desfechar um golpe militar. Dreyfus foi levado a conselho de guerra e condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa – para onde iam todos os inimigos da ordem burguesa. Em 1897 iniciou-se um movimento a favor da revisão do processo, o que foi recusado pelo Ministério da Guerra. Dentro em pouco, toda a França achava-se dividida entre amigos e adversários de Dreyfus. Ao seu lado estavam os republicanos radicais da burguesia e o partido socialista, o maior partido operário da época, filiado à II.^a Internacional.² Contra Dreyfus estavam os monarquistas, os clericais, os antisemitas, os militares. Dreyfus foi finalmente posto em liberdade em 1899 e a consequência política foi o desmantelamento do movimento monarquista na França.

² A II Internacional foi organizada em 1889 sob a liderança do partido socialdemocrata alemão. Apesar da defesa teórica do marxismo, progressivamente abandonou a perspectiva revolucionária para, finalmente, aderir à defesa dos “interesses nacionais” que opuseram a classe operária de um país a outro no contexto das disputas imperialistas que culminaram na 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Os revolucionários, sob a liderança do Partido Socialdemocrata Russo, então na vanguarda da revolução soviética, convocaram a criação da 3ª Internacional em 1919. Para distinguir-se dos reformistas, passaram a adotar a denominação de partidos comunistas.

A crítica de Rosa se concentrava na aliança que os socialistas haviam firmado com os republicanos burgueses, a aliança que subordinava por completo os socialistas à defesa das instituições democráticas da burguesia. A posição do PS francês não ultrapassava na verdade a posição radical da burguesia: a defesa das instituições, da legalidade e do papel profissional das Forças Armadas. Para Dreyfus, os socialistas exigiam a “reparação moral”.

Se, para os amigos burgueses de Dreyfus, tratava-se exclusivamente de extirpar os excessos do militarismo, de suprimir a corrupção no exército, de saneá-lo, a luta dos socialistas devia dirigir-se contra as raízes do mal, contra o próprio exército permanente. E se, para os radicais, a reabilitação de Dreyfus e a punição dos culpados no caso eram o objetivo mesmo da agitação, o caso Dreyfus não podia ser, para os socialistas, senão o pretexto para suscitar a agitação em prol da formação de milícias. E somente neste caso, que a questão Dreyfus e os espantosos sacrifícios de Jaurès e seus amigos teriam podido, pela agitação, prestar ao socialismo, serviços enormes.

O que Rosa Luxemburgo reivindicava do Partido Socialista francês era a defesa consequente da verdadeira finalidade do movimento operário – a conquista do poder político, a qual poderia ser alcançada graças ao aproveitamento revolucionário das crises políticas que assolavam então a república burguesa na França. Tal deve ser também para nós a meta: tomar cada fato que traga à luz os crimes da ditadura militar como um pretexto para agitação pela supressão das Forças Armadas, em prol das milícias dos trabalhadores. É necessário aproveitar as denúncias que partem dos próprios meios liberais da burguesia, da grande imprensa, do clero progressista, para inculcar nas massas a ideia de que sem a supressão das Forças Armadas os crimes não somente continuarão impunes como voltarão a se repetir contra a classe operária e os trabalhadores; para tornar presente a ideia de que à violência do Estado burguês cabe contrapor a violência dos trabalhadores.

Nenhum Compromisso?

Em que pese contra nós a acusação de sectarismo, entendemos que ao proletariado não interessa levantar ou apoiar a luta pela “anistia ampla, geral e irrestrita” da pequena-burguesia democrática e tampouco a anistia restrita da burguesia liberal.

Como já afirmamos mais atrás, a bandeira de anistia é uma bandeira da reconciliação nacional entre classes inimigas, que arrefece a luta entre essas classes e favorece a transição da ditadura militar para a ditadura democrática da burguesia.

Não quer dizer que a conclusão seja a de que o proletariado deve manter-se à margem do movimento de anistia. Nada disso: o proletariado deve levantar as suas bandeiras e combater a diluição democratizante da anistia. E ali onde os democratas se mobilizem em defesa dos presos políticos, da revogação dos processos políticos contra a esquerda e a lideranças operárias e camponesas, os democratas devem ter o apoio do proletariado. A classe operária deve nesses casos lutar ao lado da pequena-burguesia e procurar atraí-la para o seu ponto de vista de classe. Essa luta comum não implica em nenhuma aliança especial. *Trata-se de uma coincidência política que o proletariado deve aproveitar para reforçar-se sem abdicar uma vírgula do objetivo de incriminar a burguesia e lutar pela destruição do seu poder.*

Fonte

Marxismo Militante, n. 6, fevereiro de 1979. Documento do Acervo Polop, sob a guarda do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais - LABELU, da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA (<http://www.labelu-uefs.blogspot.com.br/>).